

Vol 5 Issue 11 August 2016

ISSN No : 2249-894X

*Monthly Multidisciplinary
Research Journal*

*Review Of
Research Journal*

Chief Editors

Ashok Yakkaldevi
A R Burla College, India

Ecaterina Patrascu
Spiru Haret University, Bucharest

Kamani Perera
Regional Centre For Strategic Studies,
Sri Lanka

Review Of Research Journal is a multidisciplinary research journal, published monthly in English, Hindi & Marathi Language. All research papers submitted to the journal will be double - blind peer reviewed referred by members of the editorial Board readers will include investigator in universities, research institutes government and industry with research interest in the general subjects.

Regional Editor

Manichander Thammishetty
Ph.d Research Scholar, Faculty of Education IASE, Osmania University, Hyderabad.

Advisory Board

Kamani Perera Regional Centre For Strategic Studies, Sri Lanka	Delia Serbescu Spiru Haret University, Bucharest, Romania	Mabel Miao Center for China and Globalization, China
Ecaterina Patrascu Spiru Haret University, Bucharest	Xiaohua Yang University of San Francisco, San Francisco	Ruth Wolf University Walla, Israel
Fabricio Moraes de Almeida Federal University of Rondonia, Brazil	Karina Xavier Massachusetts Institute of Technology (MIT), USA	Jie Hao University of Sydney, Australia
Anna Maria Constantinovici AL. I. Cuza University, Romania	May Hongmei Gao Kennesaw State University, USA	Pei-Shan Kao Andrea University of Essex, United Kingdom
Romona Mihaila Spiru Haret University, Romania	Marc Fetscherin Rollins College, USA	Loredana Bosca Spiru Haret University, Romania
	Liu Chen Beijing Foreign Studies University, China	Ilie Pintea Spiru Haret University, Romania
Mahdi Moharrampour Islamic Azad University buinzahra Branch, Qazvin, Iran	Nimita Khanna Director, Isara Institute of Management, New Delhi	Govind P. Shinde Bharati Vidyapeeth School of Distance Education Center, Navi Mumbai
Titus Pop PhD, Partium Christian University, Oradea, Romania	Salve R. N. Department of Sociology, Shivaji University, Kolhapur	Sonal Singh Vikram University, Ujjain
J. K. VIJAYAKUMAR King Abdullah University of Science & Technology, Saudi Arabia.	P. Malyadri Government Degree College, Tandur, A.P.	Jayashree Patil-Dake MBA Department of Badruka College Commerce and Arts Post Graduate Centre (BCCAPGC), Kachiguda, Hyderabad
George - Calin SERITAN Postdoctoral Researcher Faculty of Philosophy and Socio-Political Sciences Al. I. Cuza University, Iasi	S. D. Sindkhedkar PSGVP Mandal's Arts, Science and Commerce College, Shahada [M.S.]	Maj. Dr. S. Bakhtiar Choudhary Director, Hyderabad AP India.
REZA KAFIPOUR Shiraz University of Medical Sciences Shiraz, Iran	Anurag Misra DBS College, Kanpur	AR. SARAVANAKUMARALAGAPPA UNIVERSITY, KARAIKUDI, TN
Rajendra Shendge Director, B.C.U.D. Solapur University, Solapur	C. D. Balaji Panimalar Engineering College, Chennai	V.MAHALAKSHMI Dean, Panimalar Engineering College
	Bhavana vivek patole PhD, Elphinstone college mumbai-32	S.KANNAN Ph.D , Annamalai University
	Awadhesh Kumar Shirotriya Secretary, Play India Play (Trust), Meerut (U.P.)	Kanwar Dinesh Singh Dept.English, Government Postgraduate College , solan

More.....



PHYSICAL EDUCATION IN SCHOOL PRACTICE AND PROSPECTS

Ida de Fátima de Castro Amorim Mourão¹ and Jaqueline Marinho²

Professors and Researchers at Federal University of Amazonas – UFAM (Brazil)

Physical Education and Physiotherapy College – Manaus City– State of Amazonas (Brazil)

¹Professora Titular do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

²Egressa do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

ABSTRACT

Teaching Physical Education within this new legal framework is in transition and evolution process because the changes brought about by the current Law of Directives and Bases of National Education (Law 9.394 / 96), to make it with same level of importance of other curriculum components, presented in the experimental stage, so this study aims to analyze the teaching of physical education as having the current parameter LDB, and check how are conducted physical education classes in three segments of basic education, seeking to identify the methodological aspects used by teachers and finally see if there is a correlation between theory and practice in physical education classes for such segments. For this purpose will carry out a literature rescuing historical aspects of the practice of physical education worldwide, deepening our study in Brazil. We enrich the survey of field work done by applying a questionnaire to 50 physical education teachers in the public system of state and local education, as well as a systematic observation of their teaching practices. The type of research will be the Exploratory using the ethnographic method, and the analysis will be on the banks of descriptive statistics.



KEYWORDS : School Physical Education; Law; Basic Education.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA: PRÁTICAS E PERSPECTIVAS

RESUMO

O ensino da Educação Física escolar dentro deste novo contexto legal encontra-se em processo de transição e evolução, pois as modificações trazidas pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI 9.394/96), no sentido de torná-la com o mesmo nível de importância dos demais componentes curriculares, apresenta-se em fase experimental, assim este estudo tem como objetivo analisar o ensino da educação física escolar tendo como parâmetro a atual LDB, além de verificar de que maneira são conduzidas as aulas de educação física nos três segmentos da educação

básica, buscando identificar quais as vertentes metodológicas utilizadas pelos professores e por fim observar se há correlação entre teoria e prática nas aulas de educação física para tais segmentos. Com este propósito realizamos um levantamento bibliográfico resgatando aspectos históricos sobre a prática da Educação Física a nível mundial, aprofundando nosso estudo no Brasil. Enriquecemos a pesquisa com um trabalho de campo feito através da aplicação de um questionário a 20 professores de Educação Física do sistema público de ensino estadual e municipal, bem como uma observação sistemática de suas práticas docentes. O tipo de pesquisa foi Exploratória com o uso do método Etnográfico, e a análise foi à margem da estatística descritiva. Os resultados nos mostraram que a Educação Física no Ensino Médio precisa ser urgentemente repensada, bem como o real significado da Educação Física na Escola. Em termos de cumprimento de Lei a LDB vem sendo respeitada.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Física Escolar; Lei; Educação Básica

INTRODUÇÃO

No início do século, a educação era entendida como algo prioritário somente das classes elitizadas, que detinham o poder soberano, competindo a ela educar e preparar os filhos dos grandes monarcas, enquanto que para as camadas sociais inferiores, esta era tida apenas como uma utopia, a qual nunca teriam acesso.

Porém os tempos mudaram, e o que antes parecia tão distante para as classes menos favorecidas agora representa o começo de uma vida próspera, na qual a educação desponta como um dos possíveis meios para se conseguir ascensão social.

Muitos estudiosos tentaram durante vários séculos apresentarem da melhor maneira um conceito para o que pensavam ser a educação, assim temos: “A educação é o processo externo de adaptação superior do ser humano, física e mentalmente desenvolvido, livre e consciente, a Deus, tal como se manifesta no meio intelectual, emocional e evolutivo do homem” (BRANDÃO, 1995, p. 62 e 63).

Segundo os termos de Leôncio de Carvalho em sua apresentação à Assembléia Geral, em 1878, do que será a reforma educacional pretendida, são dois os princípios que a norteiam: a liberdade de ensino e a liberdade de consciência (FREITAG, 1980, p. 179).

Que possam ensinar todos aqueles que para isso se julgarem habilitados, sem dependência de provas oficiais de capacidade ou prévia autorização; que a cada professor seja permitido expor livremente suas idéias e ensinar as doutrinas que reputa verdadeiras pelo método que melhor entender (idem, p. 169).

Há aqui a formulação de duas liberdades distintas: 1) a liberdade de ofertar o ensino sem as amarras de qualquer verificação pública do saber de quem oferece o ensino; 2) a liberdade de discernimento do que ensinar. Esse último princípio tem a sua justificativa num liberalismo de idéias que marcou em ampla medida essa fase final do Império, segundo diversos intérpretes. O argumento justificador do primeiro princípio liberal é a ampla vulgarização e multiplicação dos estabelecimentos de ensino e a própria população exercer a seleção dos mais competentes.

Definiu-se a obrigatoriedade escolar, ainda que de forma bamba, sem estabelecer sequer a faixa de idade. Outro aspecto fundamental para caracterizar essa fase histórica é a atribuição ao Estado da responsabilidade na construção educacional. A educação é obrigatória, porém o princípio somente se aplicará com o aprimoramento da oferta estritamente pública ou com apoio público. Nesse sentido, a obrigatoriedade não é uma dimensão crucial a ser regulamentada, pois a responsabilização é institucional. Embora sem a mesma pujança política da Lei de Ensino Comum da Argentina (Lei n. 1.420,

de 1884), o Decreto Couto Ferraz, de 1854, não deixou de ser a nossa versão de uma política de educação comprometida com a construção de um Estado nacional que então se voltava para a formação da nação³. Esse paradigma sofreu uma erosão ao longo das duas décadas seguintes.

A mudança institucional mais grave da história do Brasil na segunda metade do século XX foi a que ocorreu em 31 de março de 1964. Qual foi o seu significado? A aliança empresarial-militar, que golpeou a ordem institucional implantada após 1946, não propugnava alterar a essência do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro que se iniciara em 1930. Para os golpistas, o Estado nacional continuaria a ser o demiurgo de uma sociedade urbano-industrial moderna. Mas, as elites econômicas, políticas e militares, que depuseram o presidente João Goulart (1961-1964), não aceitavam os pressupostos ideológicos da política nacional-populista, levada a cabo pelo Estado Brasileiro desde a chamada “Era Vargas” (1930-1945).

No início deste século, H. G. Wells dizia que “a História da Humanidade é cada vez mais a disputa de uma corrida entre a educação e a catástrofe”. A julgar pelas duas grandes guerras que marcaram a “História da Humanidade”, na primeira metade do século XX, a catástrofe venceu. No início dos anos 50, dizia-se que só havia uma alternativa: “socialismo ou barbárie” (Cornelius Castoriadis), mas chegou-se ao final do século com a derrota do socialismo burocrático de tipo soviético e enfraquecimento da ética socialista.

A partir do entendimento obtido através de algumas definições, a educação passa a ser vinculada a outras ciências, surgindo a existência de várias áreas de atuação educacional, como a educação física.

Em alguns países da Europa, dentre os quais se destaca a França, no início do século XIX, a educação física representava o grande mecanismo capaz de conseguir construir o chamado “homem novo”, caracterizado como o novo ideal de homem da nova ordem social, política e econômica (FARIAS JR, 1970).

Logo, a educação física passa a ser desenvolvida sob o enfoque político, no qual se buscava a supremacia do homem biológico sobre o homem antropológico. Portanto, esta se encontrava associada a nova ordem hierárquica e burguesa, destinada a contribuir com suas atividades físicas para a manutenção da alienação popular.

Surge então um discurso oportunista para justificar a necessidade das atividades físicas na vida do homem, almejando-se acabar com as grandes diferenças de classe, apoiada num ideal higienista, que explicava as más condições de vida das classes populares a adesão constante de vícios, doenças e imoralidade, pelo fato de levarem uma vida ociosa e desregrada.

A inserção da educação física nos estabelecimentos escolares, não se deu de maneira diferenciada, permanecendo as aulas sob o prisma prático e higienista, voltadas para o desenvolvimento do físico em detrimento ao cognitivo.

No Brasil, este fato justifica-se pela influência direta dos militares, que representavam os detentores do poder político da época que se convencionou chamar de ditadura militar (1960), sendo estes os únicos responsáveis em ditar as atividades físicas escolares.

Sabe-se, contudo, que mesmo após o período áureo da ditadura militar, as práticas físicas escolares continuaram sendo preservadas sob o aspecto hierárquico, disciplinador e alienante das instituições militares.

A partir de 1971, através da promulgação do decreto n. 69.450 de 1º de novembro do mesmo ano, a educação física passa a fazer parte obrigatória dos três níveis escolares. Ainda calcada a antigos paradigmas políticos, esta deveria incumbir-se, para os níveis fundamental e médio (antigo 1º e 2º graus), de formar o físico e disciplinar o educando, enquanto que para o nível superior (3º grau), a esta

caberia tão somente a realização de práticas desportivas (CASTELLANI, 1998).

É importante registrar que a educação física durante toda a década da reforma educacional de 1º e 2º graus (1970), manteve suas concepções voltadas ao treinamento físico e desportivo, da qual se fazia das aulas um momento reservado a formação desportiva precoce, caracterizando as escolas como verdadeiros celeiros de atletas, explicando-se assim a idéia persistente até os dias atuais, de correlacionar as aulas de educação física a treinamentos desportivos.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) representa uma nova concepção para o ensino da educação física escolar, relacionando sua aplicabilidade às práticas de desenvolvimento cognitivo do aluno.

Diante deste novo prisma, a educação física assume um papel fundamental no processo educacional, devendo o professor, através do mecanismo interdisciplinar, oportunizar ao educando um melhor aprendizado acerca das concepções da disciplina, vinculando-a ao ensino dos demais componentes curriculares, através da estreita relação entre seus conteúdos.

Contudo, a educação física escolar vem adquirindo maior atenção e importância pela classe educadora, que aos poucos está se conscientizando da grande contribuição que esta oferece, através de seus métodos e técnicas próprios para o desenvolvimento da educação brasileira.

A iniciativa em estudar o papel da educação física nos estabelecimentos escolares justifica-se pela grande escassez de pesquisas feitas nesta área, bem como pela preocupação em contribuir de modo positivo para a evolução da disciplina em âmbito escolar.

METODOLOGIA

A pesquisa é caracterizada como pesquisa exploratória (GIL, 2008) é aquela que proporciona maior familiaridade com o problema (explicitá-lo), podendo envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, com o uso do método etnográfico, sendo este também utilizado em nossa pesquisa, pois trabalhamos com um grande número de pessoas com diversas opiniões, com vivências diferentes, mas que fazem parte de uma mesma sociedade e cultura.

Como técnica foi usada a Documentação indireta, através da pesquisa bibliográfica, principalmente de fontes secundárias, através de livros e artigos específicos da área, bem com a Documentação direta no local onde foi feita a pesquisa, nesse caso, em 10 escolas públicas da rede estadual de ensino e 10 da rede municipal.

Os sujeitos foram selecionados obedecendo aos critérios de inclusão que consistiam: a) ser professores ativos das redes públicas de ensino; b) aceitar participar da pesquisa. Os critérios de exclusão foram: a) desistir de participar da pesquisa; b) faltar nos dias estabelecidos para coleta de dados.

O instrumento aplicado foi um questionário (em anexo), com perguntas abertas e fechadas que foi respondido na presença do pesquisador, e a observação sistemática da prática cotidiana dos professores de educação física participantes da pesquisa.

RESULTADOS

Entrevistamos 20 professores de educação física, provenientes das redes municipal e estadual de ensino, 10 do ensino fundamental e 10 do ensino médio. Em nossa cidade, é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Manaus por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a organização e estruturação da educação infantil e fundamental, para o ensino médio, a responsabilidade recai sobre o Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

Não conseguimos entrevistar professores de educação física que atuassem na educação infantil, pois quem desenvolve as atividades de recreação neste segmento é o professor regente de turma. Dessa forma, inicialmente tínhamos a pretensão de entrevistar 50 professores, no entanto, alcançamos 40% da amostra. Podendo justificar principalmente pela dificuldade em acessar os professores de educação física, tanto pelo deslocamento a escola na qual trabalhavam quanto pela rejeição em participar da pesquisa.

Traçamos o perfil do profissional de educação física atuante nas redes municipal e estadual de ensino, onde conforme o quadro 1, vimos que 65% dos entrevistados nasceu no estado do Amazonas, desta forma, a maioria dos profissionais são nativos da Região Norte, o que se pressupõe que reconheçam a realidade do nosso Estado.

Quadro 1- Local de Nascimento dos Pesquisados

Fonte: Pesquisa de campo

Estado	n	%
Amazonas	13	65
Pará	4	20
Rio Grande do	1	5
Tocantins	1	5
Bahia	1	5
	20	100%

Quanto ao estado civil, 30% são solteiros, 35% casados e 35% possuem outros tipos de estado civil.

Quadro 2 – Estado civil dos Participantes

Fonte: Pesquisa de campo

Status	n	%
Solteiro	6	30
Casado	7	35
Outros	7	35
	20	100%

Quanto ao número de filhos, a maioria, 65%, não tem filhos, 15% declararam terem 1 ou 2 filhos.

Quadro 3 – Número de filhos dos participantes

Fonte: Pesquisa de campo

Quantidade	n	%
0	13	65
1	3	15
2	3	15
3	1	5
	20	100%

Quanto ao gênero, 60% correspondem a sexo feminino e 40% ao sexo masculino.

Quadro 4 – Gênero dos participantes

Fonte: Pesquisa de campo

Sexo	n	%
Feminino	12	60
Masculino	8	40
	20	100%

No que se refere ao tempo que estes professores atuam no estabelecimento de ensino, 35% dos pesquisados trabalham entre 4 e 6 anos, 20%, menos de 1 ano e para a mesma porcentagem, o vínculo empregatício está entre 1 e 3 anos.

Quadro 8 – Tempo de serviço na instituição de ensino

Fonte: Pesquisa de campo

Período	n	%
Menos de 1 ano	4	20
De 1 a 3 anos	4	20
De 4 a 6 anos	7	35
De 6 a 10 anos	3	15
Acima de 10 anos	2	10
	20	100%

Quanto ao ano em que os profissionais se formaram, 85% graduaram-se a partir do ano 2000. Dos entrevistados apenas 40% concluíram a graduação na rede pública de ensino pela Universidade Federal do Amazonas, os demais, 60%, concluíram suas graduações em instituições privadas.

Quadro 9 – Local de conclusão da graduação dos pesquisados

Fonte: Pesquisa de campo

Tipo	n	%
Pública	8	40
Privada	12	60
	20	100%

Aplicamos um questionário com perguntas fechadas com o intuito de sabermos a percepção dos professores quanto o funcionamento da educação física escolar a partir da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promulgada por meio da Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, também conhecida como Lei Darci Ribeiro.

Dos 20 entrevistados apenas 8 professores justificaram suas respostas, os demais apenas marcaram as alternativas disponíveis para cada questão.

No Quadro 9, verificamos as respostas dos professores que atuam no ensino fundamental, totalizando 10 pesquisados.

Quando questionados se tinham conhecimentos sobre a atual LDB se a esta trouxe benefícios para a educação física, a maioria destes respondeu positivamente, justificando inclusive que a Lei norteou pontos pertinentes a educação e ao ensino de maneira geral.

Perguntamos ainda se a partir desta Lei foi possível estes verificarem algumas mudanças na prática da educação física escolar, quase todos responderam que Sim, atribuindo ao fato de que o professor passou a não dissociar mais o aluno em corpo e mente, mas a vê-lo como um todo.

Outro questionamento referia-se ao grau de importância da disciplina educação física frente às demais disciplinas, 5 pesquisados responderam que a educação física tem tanta importância quanto às demais disciplinas que compõem o currículo escolar, outros 5 participantes responderam que a educação física não é vista com tanta importância quanto as demais, conforme mostra o relato:

“[...] a disciplina educação física sempre tem que se adequar aos conteúdos das outras e nunca o contrário”. (PESQUISADO 2)

Na opinião de 5 pesquisados, não há valorização do profissional de educação física mesmo após a reformulação da LDB, enquanto que para os demais participantes, com a atual Lei houve sim uma maior valorização da profissão. Para 7 pesquisados após a criação do Conselho Federal de Educação Física, a sociedade passou a enxergar mais e melhor os benefícios que a mesma pode proporcionar a seus adeptos.

Quando questionados se durante o planejamento das aulas havia integração da disciplina de educação física com as demais disciplinas, 7 responderam que Sim, que inclusive estes planejavam suas atividades juntamente com os demais professores.

Foram indagados ainda se a disciplina era bem aceita tanto pelo diretor da escola quanto pelos professores das demais disciplinas, como respostas apenas 8 pesquisados responderam que Sim.

Questionados sobre a realização de jogos internos nas escolas que estes trabalham, todos foram unânimes nas respostas, ao afirmar que realizam sempre, todos os anos em suas respectivas escolas.

Perguntamos aos pesquisados se suas aulas de educação física eram elaboradas conforme o conteúdo programático e ainda se as mesmas levavam em consideração o aspecto cognitivo dos alunos, todos responderam que Sim.

Quanto à importância da participação em cursos de qualificação e/ou especialização e se estes participavam, todos responderam positivamente para as duas questões.

Quadro 10 – Conhecimento da LDB

Fonte: Pesquisa de campo

Q	Itens	Resultado	n
1	Conhecimento da LDB	Sim	8
		Em parte	2
2	Benefícios a partir da LDB	Sim	10
3	Modificações na Educação Física Escolar	Sim	7
		Não	3
4	Importância da Educação Física comparada às demais disciplinas	Sim	5
		Não	5
5	Valorização do professor a partir da LDB	Sim	5
		Não	5
6	Importância para sociedade da Educação Física a partir da criação do Conselho Federal de Educação Física	Sim	7
		Não	3
7	Integração no planejamento junto as demais disciplinas	Sim	7
		Não	3
8	Aceitação da disciplina por parte do diretor (a) e professores	Sim	8
		Relativamente	2
9	Realização de jogos internos	Sim	10
10	Execução das atividades conforme conteúdo programático	Sim	10
11	Aspecto cognitivo do aluno levado em consideração no decorrer das aulas	Sim	10
12	Participação em curso de qualificação e/ou especialização	Sim	10

Nas escolas que visitamos realizamos uma espécie de diário de campo, onde pontuamos o que era pertinente ao nosso estudo.

Nos dois sistemas, tanto estadual quanto municipal, as aulas eram divididas em teóricas e práticas, sendo a primeira realizada em sala de aula e as mesmas apresentavam condições ambientais satisfatórias para a aprendizagem, sendo climatizadas, móveis adequados e disponibilização de recursos materiais. No entanto, apesar das escolas possuírem quadra, estas não apresentava boas condições de uso, encontramos ainda um limitado e inadequado número de recursos materiais. Em uma das escolas, os alunos não estavam tendo aula prática porque a quadra estava com problemas elétricos. Em outras, o espaço era mínimo para abrigar a quantidade de alunos da turma, o que seria um caos realizar as aulas ali.

O conteúdo das aulas teóricas aplicadas ao ensino fundamental era em sua maioria, o conhecimento das modalidades esportivas, apresentando-se o histórico e as regras básicas das modalidades. Após os alunos absorverem o conteúdo, é que eram realizadas as aulas práticas.

Para o ensino médio, a preocupação se baseava no Enem e no PSC, portanto, eram elaborados textos que traziam como tema saúde e qualidade de vida dentre outros. Os alunos ficavam livres para praticar a modalidade que desejassem nas aulas práticas, a maioria dos professores disponibilizava bolas de voleibol e futsal e os alunos se organizavam e escolhiam como seriam conduzidas as aulas.

Percebemos uma forte tendência ao método tradicionalista de ensino, onde o professor detém

o conhecimento e os alunos são apenas ouvintes. No ensino fundamental, nas aulas práticas notamos o uso da abordagem desenvolvimentista e dos Parâmetros Curriculares Nacionais na maioria das escolas. No ensino médio, as aulas estavam baseadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Nas modalidades de ensino que contemplaram nossa pesquisa, podemos afirmar que a educação física vem sendo conduzida conforme a atual LDBEN, isso inclui professores licenciados em educação física, oferecimento em rede pública de ensino, porém, quanto aos conteúdos, estes ficam sob a responsabilidade de cada Secretaria, levando-se em consideração a cultura local. Porém estes necessitam ser repensados, bem como o real significado da educação física para o ensino médio.

DISCUSSÕES

A educação se figura como todas as formas de aquisição dos conhecimentos produzidos historicamente que contribuem para formação geral e a capacitação dos indivíduos, seja pelas formas institucionalizadas (a escola), seja pelas informais (o dia a dia), possibilitando a autonomia e condições de transcendência (GALLARDO, 2010).

Quando pensamos em educação física, muitas vezes o que caracteriza seu significado é sua única e exclusiva utilidade voltada para a aprendizagem do gesto motor, porém, há muito mais que isso, cabe ao professor da disciplina problematizar, interpretar, relacionar e analisar em conjunto com os seus alunos as mais diversas manifestações da cultura corporal, de tal forma que estes compreendam o sentido e os significados impregnados na prática corporal (DARIDO, 1999).

O papel da educação física na escola é o de socializar o conhecimento universalmente produzido dentro do campo do conhecimento da cultura corporal, ao qual o aluno tem direito. Isso significa que o aluno tem direito de conhecer e compreender as diferentes manifestações culturais produzidas ao longo da história. Conhecer a evolução de sua cultura patrimonial, vivenciar esse patrimônio, e de posse dele apropriar-se das outras manifestações culturais, evitando ou eliminando a substituição da cultura patrimonial pela cultura hegemônica (GALLARDO, 2010).

Atualmente, de acordo com o artigo 26, parágrafo 3 da atual LDB, a Educação Física, está integrada a proposta curricular da escola, sendo um componente curricular obrigatório da Educação Básica, devendo ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar (BRASIL, 2003).

Na modalidade da educação infantil, de acordo com a LDB, a educação para esta primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 2003). Existe necessidades de aprofundamento das discussões acerca da especificidade da educação física de 0 a 6 anos, de uma pedagogia da infância que inicie um processo de (re) orientação das práticas pedagógicas amparadas pelas inovações oriundas das produções teóricas que versam sobre a educação infantil. Mesmo sendo obrigatória a educação física para esta faixa etária, em nossa cidade não conseguimos encontrar para fazer parte da pesquisa professores de educação física que atuassem nesta modalidade de ensino, visto que nem todas as escolas oferecem e a maioria não se dispôs a participar da pesquisa (TEDESCHI e BATISTA, 2011).

O ensino fundamental tem como objetivo a formação básica do cidadão, visando o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, além disso, busca a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores e o que se fundamenta a sociedade. Tem ainda como objetivo, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores, fortalecendo os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 2003).

No ensino médio, a etapa final da educação básica, tem como finalidade, a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos, bem como a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores, o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, além da compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 2003).

Ao professor é dado o papel de construir os ambientes de aprendizagem e de mediar às interações objetivando o desenvolvimento cognitivo, afetivo-social e motor sempre com a preocupação de estabelecer uma ligação com as situações sociais vivenciadas na vida cotidiana dos mesmos (TEDESCHI e BATISTA, 2011).

Por uma perspectiva de educação, e também de educação física, torna-se fundamental considerar os procedimentos, os fatos, os conceitos, as atitudes e os valores como conteúdos, todos no mesmo nível de importância (DARIDO, 1999).

Em uma pesquisa realizada (KRAWCHYCHYN, 2012) a qual tinha como objetivo verificar junto aos alunos do ensino médio, os conteúdos que estudaram e vivenciaram nas aulas de educação física do ensino fundamental e a sua aplicação no cotidiano. Verificou-se que os conteúdos estudados foram quase que totalmente esportivos, com a predominância da prática pela prática, e que, de forma geral, efetivamente não lhes serviram no dia a dia.

Entendemos que os conteúdos transferidos aos alunos independente da modalidade de ensino, são quase sempre voltados para a aprendizagem de gestos motores específicos de modalidades, o que é um tanto controverso, pois no ensino fundamental a abordagem desenvolvimentista foi a que percebemos ser utilizada na maioria das escolas e a mesma parte do princípio de levar em consideração o conceito de estágios de desenvolvimento, uma forma organizada de hierarquização para aprendizagem de habilidades, se um indivíduo não atingir o nível mais simples, logo não atingirá o nível mais complexo (VOTRE, 1998).

Em uma pesquisa (DARIDO, 1999) com o objetivo verificar alguns aspectos relacionados a educação física no ensino médio, os resultados apresentados mostram que as maiores dificuldades residem na falta de interesse destes alunos, bem como da falta de habilidade dos mesmos sendo confirmado pela quantidade de número de pedidos de dispensa, mesmo sendo a disciplina aplicada no mesmo horário das demais.

Assim sendo, vimos que de maneira geral, a LDB tem sido respeitada, mas, é preciso que o corpo docente esteja mais bem qualificado para que de fato a Lei seja efetivada. No entanto, sabemos que isso não depende somente do docente, mas, do sistema político que organiza e estrutura da educação brasileira, assim como a sociedade em geral.

CONCLUSÃO

Passamos por uma crise em pleno século XXI na educação física escolar, onde a identidade da disciplina não está explícita, dificultando assim o processo de ensino-aprendizagem. Começando pela compreensão que o professor tem em relação a sua profissão, quais os objetivos e o que ensinará aos seus alunos. São questões simples que sem respostas concretas coloca em risco a existência e o sentido da disciplina no âmbito escolar.

Vivemos em uma sociedade capitalista onde qualquer que seja o conteúdo e qualquer que seja a disciplina, no fim a meta deverá ser, infelizmente, educar para lucrar, ou seja, o objetivo da educação

será aprender para gerar lucros. No meio, de toda essa crise esquecemos que somos seres biopsicossociais e não mecanizados em que corpo e a mente estão interligados, ambos precisam estar em sintonia, e enquanto disciplina escolar, a Educação Física tem como objetivo principal formar cidadãos para o mundo.

A pesquisa teve como objetivo verificar a situação da educação física escolar na cidade de Manaus, tendo como foco principal a ênfase na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9.394/96, onde podemos concluir que os professores de educação física possuem um bom conhecimento sobre essa Lei, assim como, acreditam que a partir dela, modificações significativas foram concretizadas, entretanto, não há direcionamento em termos de conteúdo a serem ensinados, principalmente quando se trata do Ensino Médio, assim, é preciso repensar o que ensinar para este segmento da educação básica, que raízes deverão ser fixadas para estes estudantes.

Sugere-se que mais estudos sejam realizados com o propósito de ter como ambiente de pesquisa a escola, para que cada vez mais o ensino possa melhorar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo, Brasiliense, 1995.
2. FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. 6ª ed., São Paulo, Moraes, 1980.
3. SAVIANI, Demerval. A nova lei de educação: LDB, trajetórias, limites e perspectivas. Campinas, Autores Associados, Coleção Educação Contemporânea, 1997.
4. FARIAS, A. G. JÚNIOR. Pesquisa em educação física. Revista Brasileira de Educação Física e Desporto. N.º 9, jan/dez, Brasília, 1970.
5. CASTELLANI, Lino Filho. Política educacional e educação física. São Paulo, Autores Associados, 1998.
6. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
7. GALLARDO, Jorge Sergio Pérez. Prática de ensino em educação física: a criança em movimento. São Paulo: FTD, 2010.
8. DARIDO, Suraya Cristina et al. Educação Física no ensino médio: Reflexões e Ações. Motriz, v. 5, n.2, Dezembro, 1999. Disponível em:
<<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/05n2/5n202Darido.pdf>>. Acesso em: 20 julho 2015.
9. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
10. TEDESCHI, Sandra Maria; BATISTA, Sidnei Rodrigues. Educação física e educação infantil: aspectos de uma relação ainda pouco frutífera. In: MOREIRA, Evando Carlos; PEREIRA, Raquel Stoilov. Educação física escolar: desafios e propostas 2. 2.ed. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2011.p.27-45.
11. KRAVCHYCHYN, Claudio; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Educação física escolar e esporte: uma vinculação (im)prescindível. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, v. 11, n. 1, 2012, p. 61-70.
12. VOTRE, Sebastião Josué et al. Representação social do esporte e da atividade física: ensaios etnográficos. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, INDESP, 1998.



Ida de Fátima de Castro Amorim Mourão

Professora Titular do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Publish Research Article

International Level Multidisciplinary Research Journal

For All Subjects

Dear Sir/Mam,

We invite unpublished Research Paper, Summary of Research Project, Theses, Books and Books Review for publication, you will be pleased to know that our journals are

Associated and Indexed, India

- ★ Directory Of Research Journal Indexing
- ★ International Scientific Journal Consortium Scientific
- ★ OPEN J-GATE

Associated and Indexed, USA

- DOAJ
- EBSCO
- Crossref DOI
- Index Copernicus
- Publication Index
- Academic Journal Database
- Contemporary Research Index
- Academic Paper Database
- Digital Journals Database
- Current Index to Scholarly Journals
- Elite Scientific Journal Archive
- Directory Of Academic Resources
- Scholar Journal Index
- Recent Science Index
- Scientific Resources Database

Review Of Research Journal
258/34 Raviwar Peth Solapur-413005, Maharashtra
Contact-9595359435
E-Mail-ayisrj@yahoo.in/ayisrj2011@gmail.com
Website : www.ror.isrj.org